

«Se nós trabalhamos e lutamos, é porque pomos a nossa esperança no Deus vivo» (1Tm 4, 10)

Em defesa da soberania e da democracia

Nós, lideranças das Pastorais Sociais da Igreja Católica, vinculadas à Comissão Episcopal para Ação Sociotransformadora da CNBB, reunidas em Fórum nos dias 06 e 07 de agosto de 2025, animadas pela esperança deste Ano Jubilar, manifestamos nossa profunda preocupação sobre a conjuntura política do Brasil, que enfrenta ameaças à soberania e à estrutura democrática.

A Constituição Federal, em seu artigo 3º, estabelece os objetivos centrais do Brasil: construir uma sociedade livre, justa, solidária, combater a pobreza e a marginalização, diminuir as desigualdades sociais e promover o bem-estar, eliminando os preconceitos e discriminações.

A imposição de taxas comerciais abusivas pelo governo dos Estados Unidos aos produtos brasileiros é um ataque direto à nossa economia. Essa medida, motivada por interesses políticos e privados, não apenas prejudica o comércio nacional, mas também fragiliza e coloca em risco a soberania brasileira. Quem paga esse preço é a população, especialmente os trabalhadores e as trabalhadoras, que arca com as consequências do aumento dos preços dos alimentos, riscos de desemprego e instabilidade econômica.

A Doutrina Social da Igreja recorda que a soberania é “uma qualidade essencial de cada nação, que exprime a liberdade que a caracteriza no ordenamento internacional” (Compêndio, n. 435).

Observamos o avanço de pautas políticas no Congresso Nacional que contrariam a defesa da Ecologia Integral. A aprovação de projetos como o “PL da devastação” (PL 2.159/2021) é um retrocesso, flexibilizando a proteção ambiental e colocando em risco a biodiversidade. Essas medidas ignoram a emergência climática e os direitos da natureza e precisam ser vetadas.

Outra grande preocupação são os ataques contínuos às instituições democráticas, em particular ao poder judiciário. Essas ameaças diretas colocam em risco o sistema democrático de direito, que tem sido severamente agredido nos últimos anos.

Denunciamos também as violações de direitos humanos que persistem no país, como a violência sexual contra mulheres em presídios e despejos forçados de famílias em áreas urbanas e rurais, ferindo a dignidade humana e os direitos dos povos, diante de tantas situações de ameaça.

Conclamamos as autoridades brasileiras a agirem com responsabilidade e zelo pela dignidade humana e a defesa incondicional do sistema democrático, dos direitos humanos e do meio ambiente.

Reafirmamos nosso compromisso pelo Projeto Popular para o Brasil, fruto da 6ª Semana Social, em defesa da soberania nacional, da casa comum, de uma economia a serviço da vida e da democracia participativa. Por isso, ressaltamos a importância da participação por meio do **Plebiscito Popular** pelo fim da escala 6x1 e a tributação fiscal justa e equânime. Incentivamos as comunidades cristãs, os movimentos sociais e as organizações a participarem com força do **Grito dos Excluídos e Excluídas**, no dia 7 de setembro: "Cuidar da Casa Comum e da Democracia é luta de todo dia!".

Que Maria, mãe da esperança e sonhadora de justiça e paz, inspire com seu Magnificat a fé e o compromisso de todas as pastorais e da sociedade como um todo, em defesa da vida, dos direitos e da democracia.

Brasília, 8 de agosto de 2025